

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 649, DE 2003

(Apensado: PL n.º 1.581/2003)

Dispõe sobre a identificação dos trabalhadores que mantêm contato direto e permanente com o público e dos interessados no acesso e na permanência em prédios públicos e privados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a imposição do uso de crachás, adesivos ou outras modalidades de identificação pessoal para acesso e permanência em prédios públicos e privados, quando já houver sido feita a identificação da pessoa nos locais de acesso ao interior do prédio.

§ 1º Na identificação para ingresso em prédios públicos ou privados, poderão ser anotados os dados da cédula de identidade, ou documento similar, bem como serem feitas a fotocópia do documento e o registro fotográfico do visitante, no caso de a foto do documento apresentado ser antiga.

§ 2º A restrição prevista no caput deste artigo não impede a obrigação de passagem por detetores de metal ou outros equipamentos de inspeção pessoal ou de bagagem.

Art. 2º Ficam obrigados a portar crachá de identificação com sua fotografia, seu nome completo e a função que ocupa, todos os empregados em estabelecimentos públicos e privados, em todo o território nacional, que mantenham contato direto e permanente com o público.

Art. 3º Os crachás serão fornecidos pelo empregador sem qualquer custo para o empregado.

Art. 4º O descumprimento da obrigação de fornecer crachá aos empregados abrangidos por essa Lei sujeita o infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por empregado encontrado em situação irregular.

Parágrafo único: O descumprimento da obrigação de zelar pelo

uso efetivo da identificação pelo empregado sujeita o infrator à multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 5º O descumprimento da obrigação de usar o crachá sujeita o empregado à advertência oral, advertência escrita e à suspensão não remunerada de suas atividades pelo prazo de dois dias, nessa gradação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Sala de Comissão, de abril de 2005.

DEPUTADO JOVAIR ARANTES
RELATOR